

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.819 - DF (2019/0317899-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : COOPERFORTE- COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO  
MUTUO DE FUNCIONARIOS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS  
PUBLICAS FEDERAIS LTDA.  
**ADVOGADOS** : RAYSON RIBEIRO GARCIA - DF006909  
BRUNO NUNES PERES - DF039784  
RODRIGO GARCIA REIS - DF058584  
**RECORRIDO** : DANIELLE VASCONCELLOS COSTA  
**ADVOGADOS** : DANILO DA COSTA RIBEIRO - DF023106  
ALEX LUCIANO VALADARES DE ALMEIDA - DF040996

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA  
COMPLEMENTAR. PENHORA. AFERIÇÃO PELO TRIBUNAL  
DE ORIGEM. SALDO EM FUNDO DE PREVIDÊNCIA  
PRIVADA. NATUREZA ALIMENTAR.  
IMPENHORABILIDADE. REVER A CONCLUSÃO DO  
ACÓRDÃO. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA  
FÁTICO-PROBATÓRIA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.  
RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial apresentado por Cooperforte - cooperativa de  
Economia e Crédito Mútuo de Funcionários de Instituições Financeiras Públicas Federais  
Ltda., com base no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, desafiando acórdão assim  
ementado (e-STJ, fl. 304):

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE  
INSTRUMENTO. SALDOS DOS FUNDOS DE PREVIDÊNCIA  
PRIVADA. NATUREZA ALIMENTAR E PREVIDENCIÁRIA.  
IMPENHORABILIDADE. DECISÃO REFORMADA.

1. Os saldos dos fundos de previdência privada possuem natureza alimentar e previdenciária e somente perdem essas características no caso de resgate das contribuições pessoais.
2. Deve ser considerada impenhorável, com fundamento no artigo 833, inciso IV, do CPC, a reserva patrimonial depositada na conta pessoal do devedor mantida junto ao plano de previdência complementar PREVI, formada pelas contribuições mensais feitas pelo empregado e seu empregador.
3. Agravo de Instrumento conhecido e provido. Unânime.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 323-360), a recorrente alega violação ao art. 833, IV, do CPC/2015.

Insurge-se, em suma, contra a conclusão do acórdão recorrido em declarar a impenhorabilidade incidente sobre o saldo da conta pessoal da recorrida referente ao Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, a fim de desconstituir a penhora determinada nos autos da execução.

Assinala que a jurisprudência do STJ entende que a impenhorabilidade de salário pode ser mitigada em nome dos princípios da efetividade e da razoabilidade, nos casos em que ficar demonstrado que a penhora de até 30% (trinta por cento) do salário ou proventos de aposentadoria, ainda quando depositados em conta-corrente, não afrontam a dignidade ou a subsistência do devedor e de sua família.

Sustenta que a aposentadoria privada complementar é penhorável, ao entendimento de que o art. 833, IV, do CPC/2015 visa resguardar apenas os proventos de aposentadoria oficial.

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 368-371 (e-STJ).

Juízo positivo de admissibilidade (e-STJ, fls. 373-374).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante salientar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, de maneira que é aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Consoante a jurisprudência consolidada nesta Corte Superior, cumpre ao magistrado aferir, mediante a análise do caso concreto, a viabilidade ou não da penhora dos valores depositados em fundo de previdência privada complementar (EREsp 1.121.719/SP, Relatora a Ministra Nancy Andrigli, Segunda Seção, julgado em 12/02/2014, DJe 04/04/2014):

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INDISPONIBILIDADE DE BENS DETERMINADA À LUZ DO ART. 36 DA LEI 6.024/74. SALDO EM FUNDO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR. PGBL. NATUREZA ALIMENTAR CARATERIZADA NA ESPÉCIE. IMPENHORABILIDADE RECONHECIDA. CONFIGURADA DESPROPORCIONALIDADE DA MEDIDA IMPOSTA.

1. Ação civil pública distribuída em 06/09/2005, da qual foi extraído o presente recurso especial.

2. O regime de previdência privada complementar é, nos termos do art. 1º da LC 109/2001, "baseado na constituição de reservas que garantam o benefício, nos termos do caput do art. 202 da Constituição Federal", que, por sua vez, está inserido na seção que dispõe sobre a Previdência Social.

3. Embora não se negue que o PGBL permite o "resgate da totalidade das contribuições vertidas ao plano pelo participante" (art. 14, III, da LC 109/2001), essa faculdade concedida ao participante de fundo de previdência privada complementar não tem o condão de afastar, de forma inexorável, a natureza essencialmente previdenciária e, portanto, alimentar, do saldo existente.

4. Por isso, a impenhorabilidade dos valores depositados em fundo de previdência privada complementar deve ser aferida pelo Juiz casuisticamente, de modo que, se as provas dos autos revelarem a necessidade de utilização do saldo para a subsistência do participante e de sua família, caracterizada estará a sua natureza alimentar, na forma do art. 649, IV, do CPC.

5. Outrossim, ante as peculiaridades da espécie (curto período em que o recorrente esteve à frente da instituição financeira, sem qualquer participação no respectivo capital social), não se mostra razoável impor ao recorrente tão grave medida, de ter decretada a indisponibilidade de todos os seus bens, inclusive do saldo existente em fundo de previdência privada complementar - PGBL.

6. Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 1.121.426/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Rel. p/ Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/03/2014, DJe 20/03/2014)

Nessa mesma linha:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA. VALORES EM FUNDO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. NATUREZA ALIMENTAR. AFERIÇÃO. INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. A impenhorabilidade dos valores depositados em fundo de previdência privada complementar deve ser aferida pelo Juiz casuisticamente, de modo que, se as provas dos autos revelarem a necessidade de utilização do saldo para a subsistência do participante e de sua família, caracterizada estará a sua natureza alimentar, na

forma do art. 649, IV, do CPC. (EREsp 1.121.719/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 4/4/2014).

2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.1172.06/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 18/04/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PENHORA DE VALORES DEPOSITADOS EM POUPANÇA PREVIDENCIÁRIA. SALDO EM FUNDO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. NATUREZA ALIMENTAR. IMPENHORABILIDADE. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO SUFICIENTE À MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. AGRAVO INTERNO DA FAZENDA NACIONAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Eventual reforma do acórdão recorrido, quanto à caracterização da natureza alimentar da previdência privada, exigiria o revolvimento do acervo fático-probatório da demanda, situação inviável nesta seara. 2. Há outro fundamento utilizado pelo acórdão recorrido, suficiente à sua manutenção, e não impugnado pela Agravante, situação que exige a aplicação da Súmula 283/STF.

3. Agravo Interno da FAZENDA NACIONAL desprovido.

(AgInt no REsp 1.570.773/SE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 02/04/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA. PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR. AFERIÇÃO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. PRECEDENTE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A impenhorabilidade dos valores depositados em fundo de previdência privada complementar deve ser aferida pelo Juiz casuisticamente, de modo que, se as provas dos autos revelarem a necessidade de utilização do saldo para a subsistência do participante e de sua família, caracterizada estará a sua natureza alimentar, na forma do art. 649, IV, do CPC. (EREsp 1.121.719/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 04/04/2014).

2. Na espécie, o acolhimento da pretensão recursal exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, atraindo o óbice da Súmula 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso por ambas as alíneas.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 975.287/PE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe

04/04/2017)

Acerca da controvérsia, constata-se que o Tribunal de origem reconheceu a impenhorabilidade do saldo de reserva de poupança previdenciária, aduzindo que a quantia depositada junto ao Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI tem como objetivo a aposentadoria da recorrida, assinalando os seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 308-310 - sem grifo no original):

Sucedem que, nos termos do art. 833, IV, do CPC, são impenhoráveis os vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios, montepios, ganhos de trabalhador autônomo e honorários de profissional liberal.

No caso dos autos, a penhora determinada na r. decisão agravada recaiu sobre a reserva patrimonial formada pelas contribuições mensais feitas pela Agravante e pelo seu empregador na sua conta pessoal no Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, que servirá para o pagamento futuro da aposentadoria complementar da devedora.

No entanto, conforme assentado na decisão que apreciou o pedido de antecipação da tutela recursal, os saldos dos fundos de previdência privada possuem natureza alimentar e previdenciária e somente perdem essas características no caso de resgate das contribuições pessoais.

[...]

Na espécie, os documentos carreados aos autos indicam que as contribuições depositadas na conta pessoal da Agravante no Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI têm sido feitas mensalmente desde a sua posse e em percentual fixo sobre a sua remuneração, o que denota que os valores penhorados visam a constituição de reserva para fins de aposentação, razão pela qual devem ser considerados impenhoráveis (art. 833, inc. IV, do CPC).

Ante o exposto, CONHEÇO e DOU PROVIMENTO ao Agravado de Instrumento para desconstituir a penhora que recaiu sobre o saldo da conta pessoal da Agravante no Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI.

Dessa forma, o exame dos autos realizado pelo Tribunal de origem, quanto à natureza alimentar dos valores depositados em fundo de previdência privada complementar, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o inevitável revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado pelo óbice da Súmula 7 do STJ.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Diante do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator